

Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro Cachoeiro de Itapemirim/ES CEP: 29300-170

Contato: +55 28 3526-5654 e-mail: presidenciacmci@cachoeirodeitapemirim.es.leg.br

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI Nº 87/2025

INICIATIVA: Sandro Dellabella Ferreira

À MESA DIRETORA

Senhor Presidente,

O projeto sob análise, de autoria do nobre edil acima mencionado, "Institui o Dia Municipal da Empregada Doméstica no Calendário Oficial de Eventos do Município de Cachoeiro de Itapemirim e dá outras providências."

A propositura em questão visa incluir no calendário oficial de eventos do Município o "Dia Municipal da Empregada Doméstica" a ser comemorado anualmente no dia 27 de abril de cada ano. A iniciativa visa valorizar essa categoria, promover respeito, dignidade e reforçar a visibilidade do seu trabalho.

Sob o aspecto formal, o projeto em questão encontra-se adequado às hipóteses de competência constitucional do Poder Legislativo Municipal para iniciativa da matéria, conforme preceitua o art. 30 da Carta Magna, transcrito abaixo:

Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Dessa forma, a matéria abriga-se nas competências legislativas municipais, não havendo óbice à sua propositura.

Contudo, destaca-se que esta Casa Legislativa já deliberou e aprovou proposição semelhante, a qual resultou na edição da Lei Ordinária nº 6.240/2009. A referida norma instituiu no calendário oficial do município o "Dia do Trabalhador Doméstico", a ser celebrado anualmente em 27 de abril.

Ou seja, o Projeto de Lei em questão está criando uma comemoração na mesma data de uma comemoração, idêntica, já existente no calendário municipal.

"Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor"



Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro Cachoeiro de Itapemirim/ES CEP: 29300-170

Contato: +55 28 3526-5654

e-mail: presidenciacmci@cachoeirodeitapemirim.es.leg.br

Acrescenta-se, ainda, que já existe a Lei nº 7.877, de 18 de junho de 2021, que "Institui a Semana Municipal dos Trabalhadores Domésticos e Diaristas no Município de Cachoeiro de Itapemirim, ES"

Por tudo que precede, conclui-se objetivamente a presente consulta no sentido da inviabilidade jurídica do Projeto de Lei submetido à análise, tendo em vista que a referida comemoração (dia municipal da empregada doméstica) já é contemplada no calendário municipal através da Lei nº 6.240/2009, e que a Lei nº 7.877/2021 já institui a semana dedicada a esses trabalhadores. Motivo pelo qual não merece prosperar.

Isto exposto, opinamos pelo encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para considerações e providências cabíveis.

É o parecer, salvo melhor juízo, para análise de V. Exas.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 15 de julho de 2025.

PABLO LORDES DIAS Procurador Legislativo Geral OAB/ES 17.013